



Florianópolis sedia encontro das Federações de Contabilistas



Realizado na sexta-feira, em Florianópolis, o Encontro Brasileiro das Federações Contábeis fortaleceu a união das entidades e discutiu vários projetos a serem desenvolvidos em conjunto. “Foi uma reunião bastante importante, em que cada presidente falou das ações que têm promovido em sua região e que podem ser aproveitadas em outros Estados”, observou o presidente da Federação dos Contabilistas de Santa Catarina (Fecontesc), Tadeu Oneda.

Uma iniciativa que despertou bastante o interesse e deve ser debatida melhor no próximo encontro, em julho, é o cartão de crédito que está prestes a ser lançado pela Federação dos Contabilistas de Minas Gerais e foi apresentado pelo presidente da entidade, Rogério Marques Noé.



O presidente da Federação do Rio de Janeiro, Luiz Sérgio da Rosa Lopes, explicou como está a situação dos Técnicos em Contabilidade, frente a possibilidade de extinção da profissão a partir de 1º de junho. De acordo com ele, a CNPL ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adi) contra o decreto que prevê o fim da categoria. A relatora é a ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber. "As expectativas são bastante boas", resumiu.

A reunião contou com as presenças dos presidentes das Federações de São Paulo, José de Souza, de Minas Gerais, Rogério Marques Noé, do Rio de Janeiro, Luiz Sérgio da Rosa Lopes, e do Paraná, Divanzir Chiminacio, bem como dos diretores da Fecontesc, Ademir Orsi e Renato Calda.

O objetivo desse tipo de encontro é a troca de informações e o compartilhamento de iniciativas bem-sucedida, bem como organizar o grupo para uma maior interação com os órgãos públicos/privados na busca pela melhoria do desenvolvimento da atividade profissional.

FONTE: PORTAL CONTABIL SC - 18/MAIO/2015

Para OIT, terceirização ameaça direito de trabalhadores

Informe da entidade mostra que 66% dos trabalhadores brasileiros não têm contrato fixo. Dois terços dos trabalhadores brasileiros não têm contratos permanentes, o que significa que muitos não contam com direitos trabalhistas ou sociais. O alerta é da Organização Internacional do Trabalho em seu informe anual publicado nesta segunda-feira em Genebra. A entidade deixa claro: o projeto de que está em debate no Brasil ameaça deixar um número ainda maior de trabalhadores sem direitos e aumentar a desigualdade. Segundo a OIT, o desemprego no Brasil caiu de 9,5% em 2000 para 6,8% ao final de 2014. Mas 66,9% dos trabalhadores vivem em contratos temporários. A taxa é inferior a da China ou Índia, com mais de 90% dos trabalhadores nesta situação. Mas a realidade é muito distante dos países ricos. Nessas economias, apenas 17% dos trabalhadores não contam com contratos permanentes. Nos EUA, a taxa cai para apenas 13%. O informe é publicado no momento em que, depois de aprovada na Câmara dos Deputados, uma emenda do Projeto de Lei 4.330/04 abre as portas para que as empresas possam subcontratar todos os seus serviços, incluindo a atividade fim. O projeto da terceirização segue agora para o Senado. Raymond Torres, um dos principais nomes hoje da cúpula da OIT, aponta que a medida pode de fato até trazer certa competitividade ao país. Mas os riscos são "grandes" para os trabalhadores e tal lei precisa ser "acompanhada por medidas de proteção ao trabalhador". "É evidente que todos os países querem fazer parte das cadeias de produção no mundo", disse. "De fato, leis como essa podem ajudar na competitividade e podem ter um impacto positivo numa economia que está sofrendo. Mas isso não irá se refletir necessariamente nas condições de trabalho", alertou. "Mesmo que tenha um impacto positivo na produtividade, não há garantias para os salários. O tipo de trabalho pode ser deteriorado", indicou Torres. "Ao ter uma política de maior inserção na economia mundial, um país também precisa ter medidas para evitar abusos, como o aumento do emprego autônomo e a deterioração das condições de trabalho", insistiu. Segundo a OIT, o Brasil perdeu espaço nas cadeias de produção no mundo. Se entre 2000 e 2007 cerca de 17% da mão de obra nacional trabalhava em um setor inserido na produção globalizada, a taxa caiu hoje para 16%. O índice está abaixo da média mundial, de 20%, e é uma das mais baixas entre 40 economias avaliadas. No total, esses países teriam 453 milhões de pessoas empregadas em cadeias de produção. No caso de Taiwan, 55% dos trabalhadores estão empregados em produções ligadas à cadeia mundial, dez pontos percentuais acima das taxas de 2007. Na Europa e na Coreia, mais de 30% dos trabalhadores também produzem para uma cadeia mundial. Mas,

segundo a OIT, a realidade é que não é apenas no Brasil que se nota uma deterioração das condições. Hoje, apenas um quarto dos trabalhadores no mundo tem uma relação estável com o empregador. 73,6% deles contam apenas com contratos de curto prazo ou temporários.

No setor informal, nem mesmo contratos existem e muitos constituem empresas próprias para prestar serviços. Mesmo entre os assalariados, aqueles sem contratos permanentes chegam a ganhar em média 42% a menos que os empregados fixos. A OIT destaca que há um aumento do trabalho assalariado. Mas as diferenças regionais são profundas. Na Europa, ela chega a 80%. No Sudeste Asiático, a menos de 20%. "Esses dados mostram que, em alguns casos, formas não padronizadas de trabalho podem ajudar as pessoas a entrar no mercado de trabalho ", disse Guy Ryder, diretor geral da OIT. " Mas essa tendência é também um reflexo da insegurança generalizada que está afetando muitos trabalhadores hoje no mundo ", alertou. "O informe revela uma mudança no modelo padrão de emprego, pelo qual o trabalhador ganha um salário numa relação de dependência visavis seu empregador, com trabalho estável e em tempo integral ", indicou o informe. Segundo a OIT, esse modelo é cada vez mais raro nas economias avançadas. Nos emergentes, houve um fortalecimento dos contratos nos últimos dez anos. Mas o setor informal ainda é substancial. Mesmo entre os assalariados, menos de 40% deles trabalham todo o dia. Isso significa que, de dez trabalhadores com salários, seis apenas atuam em tempo parcial. "O modelo padrão de emprego é cada vez menos representativo do mundo do trabalho hoje, já que menos de um a cada quatro trabalhador está em condições de representar esse modelo", indicou a OIT. Entre 2009 e 2013, os empregos de períodos parciais aumentaram de uma forma muito mais rápida que postos permanentes em locais como na França, Itália, Japão ou Espanha. Neste período, a UE registrou uma queda de postos de tempo integral afetando 3,3 milhões de pessoas. Mas apenas 2,1 milhões de postos parciais foram criados nesse período. Já no Brasil, EUA e Rússia, o número de empregos em tempo integral aumentou de forma mais rápida que os trabalhos parciais. Os dados também revelam que, no Brasil, um trabalhador autônomo ganha em média 5% acima do trabalhador assalariado. Desigualdade. Ryder admite que o mundo está conhecendo um novo padrão da relação entre empregado e patrão. Mas alerta : "muitas vezes isso está associado ao aumento da desigualdade e pobreza em muitos países ", disse. " Além disso, essa tendência ameaça perpetuar o círculo vicioso de uma fraca demanda global e lenta criação de empregos ", afirmou. Na avaliação da OIT, a desigualdade ameaça aumentar ainda mais diante do crescimento da incidência de postos de trabalho não permanentes ou em tempos parciais. Segundo o informe, apesar dos passos positivos em diversos países para garantir uma maior cobertura de aposentadorias, proteção social e outros benefícios, apenas uma minoria dos trabalhadores recebem tais garantias. Entre os autônomos, por exemplo, apenas 16% deles contribuíam para planos de aposentadorias. Apenas 52% das pessoas empregadas no mundo estão filiadas a algum tipo de aposentadoria.

FONTE: O ESTADO DE S. PAULO - POR: JAMIL CHADE - 18/MAIO/2015

Relator mudará parecer para que reversão da desoneração da folha entre em vigor este ano

O relator na Câmara dos Deputados do projeto de lei que reverte parcialmente a desoneração da folha de pagamento de empresas, Leonardo Picciani (PMDB-RJ), disse nesta segunda-feira que vai alterar seu parecer para que a mudança nas alíquotas valham já neste ano, atendendo ao pleito do governo.

Picciani, que defendia inicialmente que a elevação das alíquotas de contribuição previdenciária sobre a receita bruta valessem apenas em 2016, disse que atenderá apelo feito pelo vice-presidente Michel Temer, articulador político do governo.

A proposta enviada pelo governo ao Congresso altera as desonerações da folha concedidas a 56 setores da economia, com elevação de 1 para 2,5 por cento da alíquota de contribuição previdenciária sobre a receita bruta para a indústria e de 2 para 4,5 por cento, a alíquota para empresas de serviços.

A proposta de aumento das alíquotas foi originalmente enviada ao Parlamento como uma medida provisória, mas foi devolvida ao Executivo pelo presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o que obrigou o Palácio do Planalto a enviar o texto como projeto de lei.

O Ministério da Fazenda argumenta que a política de desoneração da folha adotada no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff mostrou-se ineficaz e estima que, caso a legislação atual não seja alterada, a renúncia fiscal com a desoneração da folha será de 25,2 bilhões de reais ao ano.

A intenção do governo com o projeto de lei, ainda de acordo com a Fazenda, é reduzir este montante em 12 bilhões de reais.

FONTE: REUTERS - POR: MARIA CAROLINA MARCELLO - 18/MAIO/2015

Levy diz que cortes devem ficar entre R\$70 bi e R\$80 bi e não descarta alta de imposto

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse nesta segunda-feira que o contingenciamento de gastos do Orçamento deve ficar entre 70 bilhões e 80 bilhões de reais e que o governo não descarta a possibilidade de elevar impostos para cumprir a meta de superávit primário deste ano.

"Estamos examinando. A gente não sabe qual vai ser o resultado (das votações das medidas de ajuste fiscal) do Congresso. Então, estamos aguardando as diferentes opções", disse Levy, respondendo a questionamento de jornalistas sobre aumento de impostos após participar de reunião com representantes do governo na vice-presidência da República.

Perguntado sobre o tamanho do corte de gastos públicos do Orçamento da União, será de 70 bilhões de reais ou mais próximo de 80 bilhões de reais, o titular da Fazenda disse que a cifra final não está definida.

"Isso são especulações. Mas a ordem de grandeza vai estar nesta faixa", limitou-se a afirmar.

Segundo Levy, que o bloqueio de gasto público será o necessário para o governo atingir a meta de superávit primário deste ano, que é de 66,3 bilhões de reais, acrescentando que o anúncio do contingenciamento será feito ainda esta semana, conforme o prazo estipulado em lei.

Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou uma emenda à Medida Provisória 664 que permite a flexibilização do Fator Previdenciário, mecanismo que limita o valor da aposentadoria de pessoas mais novas, medida que pode gerar aumento de custos.



© REUTERS/Ueslei Marcelino Ministro Joaquim Levy

Após a aprovação da medida pela Câmara, Levy disse, em mais de uma ocasião, que é preciso avaliar os impactos desta medida para evitar a necessidade de novos impostos para cobrir os custos.

Mais cedo nesta segunda-feira, uma fonte do governo disse à Reuters que a equipe econômica do governo avalia que será preciso aumento de impostos para cumprir a meta de superávit primário e que o Ministério da Fazenda acertou com a presidente Dilma Rousseff que haverá aumento de PIS e Cofins.

FONTE: REUTERS - POR: LUCIANA OTONI - 18/MAIO/2015

Crise se espalha e já coloca em risco as conquistas da nova classe média

Com o aumento da inflação e a redução de vagas de emprego, ganhos obtidos nos últimos anos, como o acesso ao ensino superior e a serviços mais sofisticados, voltam a ficar mais distantes. Um dos méritos dos tempos de crescimento econômico e das políticas sociais do governo foi garantir que a chamada nova classe média pudesse olhar no longo prazo e planejar o futuro. Segundo especialistas em baixa renda, os 35 milhões de brasileiros que saíram da pobreza tiveram acesso não apenas ao iogurte e ao televisor de 42 polegadas. Finalmente puderam almejar o ensino superior, a casa própria em área com infraestrutura básica e assumir gastos fixos com serviços mais sofisticados como a internet, que amplia a rede de amigos e as oportunidades de trabalho. Mas a recessão que ronda o País pode comprometer a escalada na pirâmide social. Dois indicadores divulgados na semana passada sinalizaram uma tendência nefasta para essa parcela. De um lado, o IPCA, que mede a inflação oficial do País, passou de 8% no acumulado em 12 meses. A taxa de desemprego da Pnad Contínua, que detalha o mercado de trabalho em 3,5 mil municípios, subiu para 7,4% no trimestre encerrado em fevereiro. Há um milhão a mais de desempregados. Ou seja, os números atestam a deterioração simultânea do emprego formal e do poder de compra. “Ninguém duvida que a fantástica ascensão da classe média vai dar uma brechada”, diz Ricardo Paes de Barros, professor do Insper e pesquisador dedicado a temas como desigualdade social, educação, pobreza e mercado de trabalho. “A discussão agora é se a crise será grave o suficiente para reverter seus ganhos.” Como esse segmento da população está espalhado pelo País e atua nos mais diversos setores da economia, Paes de Barros acredita que a “brechada” não é homogênea. Neste momento, tende a ser sentida por moradores de grandes centros urbanos. “A parcela urbana é mais conectada à economia de mercado e, por isso, mais sensível às suas variações”, diz. O cenário, porém, é “preocupante”, na avaliação de Luciana Aguiar, diretora da Plano CDE, empresa especializada em baixa renda. “As despesas da casa, com aluguel e supermercado, consomem quase 40% da renda, sem incluir luz e água, que também aumentaram. O poder de compra caiu e, se perder o emprego formal, essa parte da população fica refém do curto prazo: volta a administrar a sobrevivência no dia a dia e esquece o futuro.” Segundo a economista Alessandra Ribeiro, da Tendência Consultoria, já é possível identificar arranhões na conquista mais preciosa a carteira de trabalho assinada. Pela primeira vez desde a eclosão da crise internacional em 2008, as empresas fecham postos de trabalho. Em janeiro e fevereiro, o saldo (relação entre contratações e demissões) foi negativo, indicando extinção de vagas. No detalhe. O maior problema está no detalhe: “Os setores que mais demitiram, construção e indústria, pagavam salários entre R\$ 1 mil e R\$ 1,5 mil, o que atinge em cheio a classe emergente.” Descontando oscilações naturais do período, 143 mil vagas foram extintas nesses setores. O estágio do estudante Thiago Souza, 28 anos, de Osasco, em São Paulo, foi uma delas. Em 2009, depois de perder o emprego como metalúrgico, Souza escolheu cursar engenharia civil: “Falavam em apagão de engenheiros e parecia ter futuro.” No segundo ano do curso, já estava no canteiro de

obras. Passou por grandes empresas, como PDG. Em janeiro passado, ganhava R\$ 1,5 mil como estagiário na francesa Setec, empresa especializada em projetos para grandes obras públicas e acalentava a contratação. No entanto, com a paralisia no setor de obras, foi demitido. “Como não aparece nada na área, ajudo um amigo que tem uma franquias de chope”, diz. Ganha por mês R\$ 1 mil R\$ 450 cobrem metade da mensalidade do último ano do curso. A outra Crise se espalha e já coloca em risco as conquistas da nova classe média parte é custeada por bolsa de estudo pública. Com o restante, ajuda a mãe, que também ganha cerca de R\$ 1 mil. Durante a crise dos anos 80, ficou famoso o engenheiro que, sem perspectiva de atuar na área, abriu uma lanchonete na Avenida Paulista, em São Paulo, e batizou o local de O Engenheiro que Virou Suco. Souza espera que, após tanto esforço, não se forme para ser o engenheiro que virou chope. Fiscal. No que se refere aos mais pobres, que ainda almejam chegar à classe C, a discussão é outra. Segundo o economista Paes de Barros, a parcela bem mais pobre está escondida no interior do País: “Não se conectou ao mercado e, assim, é menos sensível a ganhos e também a perdas da economia”, diz. “A propagação da crise entre eles vai depender do ajuste fiscal: se o governo organizar o gasto público e preservar os programas, a crise não se espalha.” Para se entender a força de uma política pública, basta olhar o que ocorre com as bolsas de estudo, fundamentais para que boa parte da classe C entre na universidade. Especialistas em contas públicas defendem que as bolsas eram concedidas indiscriminadamente, sem garantia de retorno para o aluno e o País. Era preciso mudar. Mas, pelas estimativas do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior em São Paulo, a reorganização tem custos sociais: 400 mil jovens de baixa renda vão desistir da faculdade.

FONTE: O ESTADO DE S. PAULO - POR: ALEXA SALOMÃO - 11/ABRIL/2015

Devolução de perdas da poupança deve incluir expurgos pós-Plano Verão

A devolução de perdas da poupança deve incluir expurgos posteriores ao Plano Verão, e isso não ofende a coisa julgada. Esse foi o entendimento da 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça ao julgar Recurso Especial repetitivo (tema 891) sobre a liquidação de sentença que reconhece o direito de poupadores à reposição de expurgos do Plano Verão (janeiro de 1989). A tese vai orientar a solução de processos idênticos, e só caberá recurso ao STJ quando a decisão de segunda instância for contrária ao entendimento firmado. No caso tomado como representativo da controvérsia, a Caixa Econômica Federal alegou que, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, não caberia mais sua alteração. Sustentou ser indevida a aplicação do IPC nos meses de abril e maio de 1990 para atualização monetária, uma vez que a Medida Provisória 168 modificou o critério legal de correção da poupança, substituindo o IPC pelo BTN fiscal. Além disso, em relação a fevereiro de 1991, a Lei 8.177/1991 determinou a aplicação da TRD, o que deveria levar ao afastamento da aplicação do IPC naquele período. Mera recomposição O relator, ministro Luis Felipe Salomão, negou provimento ao recurso. De acordo com seu voto, poderia ser reconhecida ofensa à coisa julgada se a base de cálculo estabelecida fosse o saldo dos depósitos existentes à época de cada plano econômico. Segundo o ministro, como no caso julgado a base foi o saldo existente em conta em janeiro de 1989, atualizado na fase de execução com a incidência dos demais expurgos referentes aos planos econômicos não contemplados na sentença, o que ocorreu foi “a mera recomposição da moeda, mediante incidência de correção monetária plena”. Devolução de perdas da poupança deve incluir expurgos pós-Plano Verão “Havendo um montante fixo já definido na sentença — dependente apenas de mero cálculo aritmético —, a inclusão, na fase de execução individual, de correção monetária não contemplada na sentença não hostiliza a coisa julgada. Antes, a protege, pois só assim o título permanece hígido com a passagem do tempo em um cenário econômico

no qual a inflação não é nula”, concluiu o relator. A mesma tese já havia sido adotada recentemente pela 2ª Seção no julgamento de outro recurso repetitivo, o REsp 1.392.245, que discutiu também a questão dos juros remuneratórios nos cálculos de liquidação. Para os ministros, não cabe a aplicação dos juros se não houver condenação expressa. O interessado, entretanto, poderá ajuizar ação individual de conhecimento, quando cabível. Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ. REsp 1.314.478
FONTE: REVISTA CONSULTOR JURÍDICO, 20/MAIO/2015

Filiada a:

